

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



**FIERGS CIERGS**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### **ALRS aprova PEC que retira necessidade de plebiscito para vender estatais de energia**

Em uma sessão com mais de cinco horas de debates, os deputados estaduais aprovaram, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 272/2019, que retira a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a venda, alienação ou federalização da CEEE, Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) e Sulgás. O score foi folgado para o governo do Estado, autor da proposição: 40 votos favoráveis contra 13 contrários (bancadas do PT, PDT e PSOL).

Antes mesmo de ser iniciada a Ordem do Dia, os discursos já davam a tônica do que viria a ser o restante da sessão plenária. No período de Comunicações e de tempo de Liderança, dez parlamentares se revezaram na tribuna, em manifestações pró e contra a PEC, aplaudidos ou vaiados pelo plenário dividido ao meio, entre os favoráveis à matéria e os defensores do plebiscito.

Depois desta quase uma hora de discussão preliminar, os deputados ingressaram no período de debate da PEC, que se estendeu até as 20h. Foram 30 discursos no total, contrapondo versões diferentes sobre números de desempenho financeiro, argumentações de cunho legal, visões sobre tamanho do Estado e até mesmo referências a processos de privatizações conduzidas por governos anteriores.

A Proposta de Emenda à Constituição ainda precisa ser aprovada em mais um turno de votação com, no mínimo, 33 votos favoráveis. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, é necessário um interstício de três sessões plenárias, o que provavelmente levará a segunda votação para dia 7 de maio.

### **Tramitação**

A PEC 272/2019, do Executivo, chegou à ALRS em 6 de fevereiro. Em sua tramitação, passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por duas comissões de mérito: de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle e de Segurança e Serviços Públicos. Em todas, os pareceres dos relatores foram aprovados em reuniões extraordinárias pelo mesmo placar: 9 votos favoráveis e 3 votos contrários.

Na semana passada, o plenário da Assembleia rejeitou o requerimento que solicitava que a matéria passasse também pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente. A proposta, encaminhada pela deputada Juliana Brizola (PDT) e mais dez parlamentares, recebeu 34 votos contrários e 13 votos favoráveis.

[Confira a planilha de votação](#)

Fonte: Assembleia Legislativa